

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## COVID-19 E POPULAÇÃO NEGRA: reflexões sobre racismo institucional e iniquidades no setor da saúde

Kelly Josefa da Silva<sup>1</sup>Margarida de Cássia Campos<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo objetiva apontar como a interseccionalidade entre raça e classe tem afetado a população negra brasileira, tendo o racismo institucional como instrumento de produção das iniquidades em saúde, e durante a pandemia da Covid-19, aprofundou as desigualdades. Como metodologia foi realizada revisão documental e bibliográfica a partir do levantamento de alguns artigos publicados em revistas nos anos de 2020 e 2021, tratando centralmente sobre os impactos da pandemia da Covid-19 na população negra. Pode-se constatar que as desigualdades sociais já existentes no Brasil atuaram como determinantes para o agravamento das condições de saúde da população e para o sufocamento das redes de atenção em saúde.

**Palavras-chave:** Vulnerabilidade social 1. Saúde 2. Racismo 3.

### ABSTRACT

This article aims to point out how the intersectionality between race and class has affected the black Brazilian population, with institutional racism as a tool for the production of inequities in health, and that in times of the covid-19 pandemic, it has deepened inequalities. As methodology, a documentary and bibliographic review was carried out from the survey of some articles published in journals in the years 2020 and 2021, dealing centrally with the impacts of the Covid-19 pandemic on the black population. It can be seen that the social inequalities already existing in Brazil acted as determinants for the worsening of health conditions of the population and for the suffocation of health care networks.

**Keywords:** Vulnerability social 1. Health 2. Racism 3.

<sup>1</sup> Universidade Federal da Bahia; Bacharela em Serviço Social. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Bahia - PPGSS/UFBA; bolsista CAPES; Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas; E-mail: kellysilva987ks@gmail.com.

<sup>2</sup> Universidade Estadual de Londrina; Geógrafa. Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina. cursou estágio pós doutoral na Universidade de Coimbra-Portugal. Professora do curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina e do Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Bahia - PPGSS/UFBA. E-mail: mcassiacampos@uel.br.

#### PROMOÇÃO



#### APOIO



## 1 INTRODUÇÃO

A pandemia causada pelo novo Coronavírus (Sars-Cov-2), popularmente conhecida como Covid-19, considerada uma crise sanitária de dimensões globais, teve seu primeiro caso identificado ao final de 2019, em Wuhan, na China. Com alto nível de contaminação, logo se transformou em um dos maiores problemas em emergência em saúde no mundo (SILVA; MORAIS; SANTOS, 2020).

As orientações gerais repassadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), para mitigar o avanço da contaminação pelo vírus “foram a testagem em massa da população, a adoção de medidas de isolamento social e as medidas individuais de higienização, como aumento da frequência de lavagem das mãos e a higienização com álcool em gel” (SILVA; MORAIS; SANTOS, p.302, 2020).

No entanto, a pandemia da Covid-19 não afetou os diversos Estados-nação de forma homogênea, demonstrando que os problemas sociais próprios de cada país e as formas de enfrentamento ao vírus adotadas por estes, ganham contornos específicos em que medidas simples de enfrentamento, como aumentar a frequência com que se lavam as mãos, por exemplo, pode tornar-se tarefa difícil de ser realizada em razão das condições de vulnerabilidade social e econômica enfrentadas pelos diversos segmentos da população, tendo as interseccionalidades de gênero, raça, classe, território, entre outras, como fatores agravantes.

Nesse sentido, o objetivo do presente artigo é apontar como a interseccionalidade entre raça e classe tem afetado a população negra brasileira, tendo o racismo institucional como mediador das iniquidades em saúde, e na presença da pandemia da Covid-19, aprofundou as desigualdades sociais já vivenciadas.

Como metodologia utilizada para este trabalho, foi realizada revisão documental e bibliográfica a partir do levantamento de alguns artigos publicados em

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



revistas nos anos de 2020 e 2021, tratando centralmente sobre a população negra e os impactos da Covid-19.

Os artigos que compõem a sustentação para esta revisão tem em comum os seguintes aspectos:

- I) Apontam as desigualdades sociais já existentes no Brasil como determinantes para o agravamento das condições de saúde da população em tempos de pandemia, em especial, para a população negra e para o sufocamento das redes de atenção em saúde;
- II) Compreendem que a histórica desigualdade social expressa nas condições de renda e trabalho, educação, saneamento básico, entre outras, são determinantes e condicionantes para o aparecimento de um conjunto de comorbidades presentes principalmente na população negra e aliado ao racismo em sua face institucional comprometem as condições de acesso e de atendimento em saúde para este grupo racial;
- III) Analisam os boletins epidemiológicos da Covid-19 a partir da variável raça/cor e apontam o processo de subnotificação e/ou não preenchimento dos dados como fator impeditivo para uma análise mais acurada sobre a incidência da Covid-19 na população negra, seja nos informativos sobre contaminação, internação e óbito, indicando sua possível incidência na execução e formulação de políticas públicas.
- IV) Apontam a atuação da gestão governamental sob o comando de Jair Bolsonaro como direcionada prioritariamente à salvaguarda da economia em detrimento à vida; seu posicionamento e a não adoção das medidas recomendadas pela OMS, como responsável pelo aumento do número de infectados e a consequente sobrecarga do sistema de saúde, bem como o elevado número de mortes.

As condições acima descritas convergiram para um cenário desolador nos primeiros meses da pandemia, dado a falta de perspectivas de que teríamos respostas contundentes e efetivas diante das milhares de vidas perdidas.

PROMOÇÃO



APOIO



## 2 A COR DA VULNERABILIDADE SOCIAL NO BRASIL

No Brasil as condições adversas a que a população pobre, negra e indígena é submetida tem raízes na histórica desigualdade social e racial, que no cenário de pandemia da Covid-19, evidenciaram quem pode e quem não pode cumprir todas as medidas recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Conforme descrito por Almeida (2018), a noção de raça é um fenômeno inscrito no período da Modernidade, cujo fundamento baseia-se na categorização e classificação dos seres humanos que se modifica no transcorrer da história. Desse modo, o conceito de raça e o conteúdo do seu sentido passa por reelaborações com o decorrer das transformações históricas, culturais e sociais.

O passado escravagista sob o qual se sustenta a formação social brasileira engendra desigualdades que perpassam a vida das populações mais vulneráveis e está fundamentado em teorias raciais que defendiam que havia diferenciações entre os grupos humanos, dado que “a classificação de populações não brancas hierarquizou as relações sociais, legitimou processos de dominação econômica e política, definiu territórios de miséria e exploração [...]” (MAIA; ZAMORA, 2018, p.273).

Maia e Zamora (2018, p.267) apontam que no Brasil, as teorias raciais fundamentaram “[...] políticas públicas na construção do Estado, na passagem para o século XX. Entre a abolição da escravatura (1888) e a institucionalização da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) por Vargas em 1943”, buscou-se estabelecer uma identidade nacional sob uma lógica racial que tenta afirmar a superioridade do grupo racial branco.

Essas formulações raciais não aparecem como resquícios de um passado não superado, são revistas, reelaboradas e erigidas por projetos políticos na conformação do Estado, que garantem a manutenção e a definição de “hierarquias sociais, a legitimidade na condução do poder estatal e as estratégias econômicas de desenvolvimento” (ALMEIDA, 2018, p.43).

### PROMOÇÃO



### APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019, p.2), pretos e pardos constituem a maioria da população brasileira, e representam a maior parcela da força de trabalho ativa no país, correspondendo em 2018, “[...] a 57,7 milhões de pessoas, ou seja, 25,2% a mais do que a população de cor ou raça branca na força de trabalho, que totalizava 46,1 milhões”. No entanto, “em relação à população desocupada e à população subutilizada [...] elas (pessoas pretas e pardas) formavam cerca de  $\frac{2}{3}$  dos desocupados (64,2%) e dos subutilizados (66,1%) na força de trabalho em 2018”.

Essas desvantagens se mantêm mesmo quando são considerados níveis de instrução mais elevados. “[...] Em 2018, enquanto 34,6% das pessoas ocupadas de cor ou raça branca estavam em ocupações informais, entre as de cor ou raça preta ou parda esse percentual atingiu 47,3%” (idem, p.2).

As condições de vida da população negra mostram que “as desigualdades por cor ou raça revelam-se também nas condições de moradia, tanto na distribuição espacial dos domicílios, como no acesso a serviços, quanto nas características individuais dos domicílios” (idem, p.5).

Indicadores relacionados a cobertura de serviços de saneamento básico também apontam uma significativa desigualdade, segundo a cor ou raça. Em 2018, verificou-se maior proporção da população preta ou parda residindo em domicílios sem coleta de lixo (12,5%, contra 6,0% da população branca), sem abastecimento de água por rede geral (17,9%, contra 11,5% da população branca), e sem esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial (42,8%, contra 26,5% da população branca), implicando condição de vulnerabilidade e maior exposição a vetores de doenças [...]. Ao analisar outras inadequações nas condições de moradia, nota-se que o adensamento domiciliar excessivo - situação em que há mais de três moradores por cômodo utilizado como dormitório no domicílio - ocorreu entre as pessoas pretas ou pardas com uma frequência (7,0%) quase duas vezes maior do que a verificada entre as brancas (3,6%) (idem, p.5-6).

Dados sobre a educação demonstram que “os negros são a maioria dentre os analfabetos (9,9%), enquanto que entre os brancos esta taxa é de 4,2%” (IBGE, 2017 *apud*, SILVA; MORAIS; SANTOS, p.302, 2020) e estão mais expostos a violência

PROMOÇÃO



APOIO





onde “76,2% das mortes são de jovens negros e pobres, moradores das periferias” (FBSP, 2017 *apud*, SILVA; MORAIS; SANTOS, p.302, 2020).

A violência não letal também acarreta sérias consequências que se desdobraram ao longo da vida de jovens e adolescentes, pois, quando expostos a “violência estão mais propensos a desenvolverem doenças como depressão, ao vício de substâncias químicas, a problemas de aprendizado e até ao suicídio” (IBGE, 2019, p.10), o que torna-se agravante a condição de saúde, aliado ao conjunto de desigualdades já vivenciadas.

Werneck (2016, p.537) indica que a realização da “III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada na África do Sul em 2001, convocada pela Organização das Nações Unidas (ONU)”, bem como sua Declaração e Plano de Ação foram marcos importantes para a proposição de ações no âmbito da saúde da população negra brasileira. “O principal exemplo foi a elaboração do documento ‘Subsídios para o debate sobre a Política Nacional de Saúde da População Negra: uma questão de equidade’” (idem, 2016, p.537).

Esse documento aponta que os estudos que se propõem a pensar para:

[...] além da renda e do local de residência, consideram as variáveis sexo e raça como essenciais na demarcação do perfil epidemiológico da população, permitem identificar a prevalência e a singularidade da evolução de algumas doenças em pessoas de determinados grupos raciais/étnicos (SISTEMAS NAÇÕES UNIDAS, 2001, p.5).

Sendo possível, portanto, identificar e classificar quais “as doenças, agravos e condições mais frequentes na população negra” (idem, 2001, p.5), o documento aponta as condições:

(i) **Geneticamente determinadas** - anemia falciforme e deficiência de glicose 6-fosfato desidrogenase; ou **dependentes de elevada frequência de genes responsáveis pela doença ou a ela associadas** - hipertensão arterial e diabetes melito. [...] (ii) **Adquiridas, derivadas de condições socioeconômicas desfavoráveis** –desnutrição, mortes violentas, mortalidade infantil elevada, abortos sépticos, anemia ferropriva, DST/AIDS, doenças do trabalho, transtornos mentais resultantes da exposição ao

#### PROMOÇÃO



#### APOIO



racismo e ainda transtornos derivados do abuso de substâncias psicoativas, como o alcoolismo e a toxicomania. [...] **(iii) De evolução agravada ou de tratamento dificultado** – hipertensão arterial, diabete melito, coronariopatias, insuficiência renal crônica, câncer e mioma. [...] **(iv) Condições fisiológicas alteradas por condições socioeconômicas** - crescimento, gravidez, parto e envelhecimento (idem, 2001, p.5-6, grifos do autor).

Tratando-se da Covid-19 o fator a ser considerado, é que mesmo que a exposição e o contágio ao vírus não seja restrito a determinados grupos populacionais, há estudos que apontam que a população negra é a mais atingida por Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) e que, “sem identificar o racismo como fator de risco é impossível compreender o que faz a população negra ser mais suscetível às doenças crônicas não transmissíveis e, conseqüentemente, ao Covid-19” (BATISTA; PROENÇA; SILVA, 2021, p.4).

[...] Ainda há outro ponto importante, mas pouco discutido: pessoas com DCNT como hipertensão, diabetes, acidente cerebral e seus fatores de risco, como tabagismo e menor consumo de frutas e hortaliças, não conseguiram procurar atendimento médico por conta do isolamento social. Os especialistas não escondem a preocupação de que os portadores de doenças crônicas não consigam acesso para o tratamento médico indicado e, nesse caso, o risco de esse grupo ficar mais vulnerável à Covid-19 é real por causa das comorbidades (idem, p.4).

Há, portanto, um conjunto de desigualdades manifestadas nas condições de vida da população negra que são tensionadas em momentos conjunturais, dificultando o acesso a programas e serviços ofertados via políticas públicas, seja nas áreas da saúde, educação, segurança pública, dentre outras.

## 2.1 Boletins epidemiológicos e o racismo institucional: impactos na saúde da população negra

O preenchimento do quesito raça/cor nos formulários dos sistemas de informação em saúde, está previsto desde 1º de fevereiro de 2017, através da Portaria

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



nº 344, sendo seu preenchimento obrigatório por parte dos profissionais da saúde, respeitando os critérios de autodeclaração adotados pelo IBGE (BRASIL, 2017).

No entanto, casos de subnotificação ou mal preenchimento de dados relacionados a raça/cor de pessoas infectadas pela Covid-19 e/ou casos suspeitos tonaram-se uma constante, reverberando em diversas denúncias por parte de movimentos ligados a saúde e aos movimentos negros, apontando a importância desse registro para proposições no âmbito da formulação de políticas públicas.

Para exemplificar o fenômeno em tela, em maio de 2020 precisamente, pouco mais de dois meses após a confirmação dos primeiros casos de contaminação pela Covid-19 no Brasil, representantes do Instituto do Negro de Alagoas - INEG/AL buscaram, junto a Secretaria Estadual de Saúde de Alagoas e Secretaria Municipal de Saúde de Maceió por meio do Ministério Público Estadual de Alagoas – MPE/AL, o entendimento das notificações dos casos após constatar que os boletins epidemiológicos da Covid-19 publicados pelas mencionadas secretarias não faziam menção ao quesito raça/cor (INSTITUTO DO NEGRO DE ALAGOAS, 2020).

Os casos de subnotificação não foram uma condição exclusiva do estado de Alagoas, no que tange a tardia inserção dos dados sobre a população negra nos boletins da Covid-19, a nível nacional,

[...] O quesito raça/cor não foi levado em consideração para a análise da situação epidemiológica da Covid-19. A inclusão desse dado se deu após esforços do GT Racismo e Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), da Coalizão Negra por Direitos e da Sociedade Brasileira de Médicos de Família e Comunidade. [...] A falta ou o mal preenchimento do quesito raça/cor nos boletins médicos, dado importante para a tomada de decisão, pode ser interpretado como a subjetividade do racismo institucional e a resistência para mudanças de práticas sabidamente insuficientes para garantir mais saúde e menos doenças para a população negra (BATISTA; PROENÇA; SILVA, 2021, p.2).

A recusa em adotar ou coletar os dados relacionados ao quesito raça/cor é vista como expressão do racismo institucional. Reproduzido no cotidiano das relações sociais, o racismo se expressa nas formas de tratamento e nas condutas profissionais

PROMOÇÃO



APOIO





PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



no âmbito das instituições, seja na prestação de serviços à população negra e/ou nas condições que permitem o acesso aos programas e serviços por elas ofertados.

Conforme o entendimento de Almeida (2018), as instituições internalizam os conflitos e os antagonismos sociais, reproduzindo padrões de comportamento por meio de normas que orientam o modo de agir dos indivíduos. Padrões estes, que são próprios da “estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como seus componentes orgânicos” (2018, p.36).

Os antagonismos expressos nas condições de raça, classe e gênero, por conseguinte, influenciam decisões, estruturam organizações, fundamentam ações políticas, tanto de modo a construir barreiras em virtude de tais condições, quanto no reconhecimento desses antagonismos para se pensar formas de enfrentamento.

A subordinação socioeconômica que a população negra é condicionada se expressa nos fundamentos que permeiam as relações capitalistas de produção, que no contexto da pandemia tem intensificado as condições de exploração com a redução de direitos trabalhistas e com o desmonte das políticas públicas, retirando dos trabalhadores a possibilidade de alternativas que possam assegurar não apenas a manutenção de sua sobrevivência, mas sua própria vida.

O racismo estrutural, é descrito por Almeida (2018), como “decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares [...] (p.28)”, se reproduz no cotidiano das instituições, e “determina o local de moradia e a possibilidade de acessar ou não direitos à justiça, a bens e a serviços de saúde” (BATISTA; PROENÇA; SILVA, 2021, p.1).

No contexto da Covid-19 (houve) um maior número de internações e óbitos por Covid-19 entre faxineiras (os) e auxiliares de limpeza (62%); aposentados (as) (30%); empregadas domésticas (6,5%); diaristas e cozinheiras (6,5%); técnicos e profissionais de saúde de nível médio (0,3%); vendedores (as) (0,3%); caminhoneiros (0,3%); entregadores de mercadorias (0,3%); auxiliares de produção (0,3%); e outros (0,3%) (BATISTA; PROENÇA; SILVA, 2021, p.3).

PROMOÇÃO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

As análises com base nos dados sobre raça/cor fornecidas pelo sistema de saúde que tratam sobre a diferenciação do impacto da Covid-19 entre brancos e não brancos (SILVA; MORAIS; SANTOS, 2020, SANTOS *et al*, 2020), apontam o possível déficit devido a subnotificação ou ausência dos dados no quesito raça/cor nos primeiros boletins sobre os impactos da pandemia.

Nessas circunstâncias, a falta ou mau preenchimento de dados sobre a população atingida pelo vírus, podem incidir na execução e formulação de políticas públicas a curto, médio e longo prazo.

## 2.1.1 Crise do capital e pandemia da Covid-19: convergências para uma sentença de morte

Ante a essa crise sanitária o modo de produção capitalista encontrou terreno fértil para impor à classe trabalhadora sacrifícios ainda maiores e mais profundos “[...] que incluem o próprio direito à vida. Nos dias presentes, as políticas governamentais ao oporem a ‘economia’ à ‘vida’, aprofundam, ao limite, um dos traços estruturantes do capitalismo, com a valorização explícita da primeira sobre a segunda” (GRANEMANN, 2021, p.5).

Para além do aprofundamento da desigualdade social evidenciada pelo desemprego, pela flexibilização e precarização das relações de trabalho para o conjunto dos trabalhadores frente ao acirramento das expressões da “questão social” - compreendidas como manifestações da contradição entre capital e trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 1996) – a pandemia impôs “mudanças na organização das políticas públicas e modificações no mundo do trabalho” (TELETRABALHO..., 2020, p.1), que se acentuam a partir das condições de gênero, raça e classe.

A pandemia da covid-19 consiste em uma crise sanitária que se soma à crise do capital, que já vinha sendo vivenciada mundialmente, o que catalisou e escancarou as desigualdades estruturais, assim como as dificuldades de atendimento à população com o recorrente desmonte e desfinanciamento das políticas sociais pelo projeto neoliberal (idem, p.1).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Surge no centro do debate o questionamento sobre as atividades essenciais e as dispensáveis nesse contexto pandêmico (TELETRABALHO..., 2020, p.1). O desemprego/subemprego, flexibilização e precarização já vivenciados pela classe trabalhadora foi intensificado na pandemia, onde os trabalhadores foram impossibilitados de afastarem-se dos postos de trabalho sem corte salarial. Quando não foram demitidos, foram inseridos em trabalho com vínculos precários expostos à propagação do vírus.

Não é coincidência o fato de que a primeira vítima da Covid-19 no Brasil, ter sido uma mulher negra e empregada doméstica, mantida no trabalho sem saber que seus empregadores estavam infectados pelo vírus, o que demonstra a manutenção do racismo que perdura ainda hoje nas relações de trabalho (NOGUEIRA; PASSOS, 2020), e escancara o desprezo e o desrespeito pela condição da vida de uma mulher negra e pobre.

Ao abordarmos a Covid-19 na população negra, é necessário discutir a restrição de possibilidades de escolhas. É preciso apontar que a maioria dessas pessoas não podem trabalhar em casa (*home office*), especialmente pelo tipo de atividade que exerce, e continuar recebendo seus salários e benefícios, como plano de saúde e cesta básica. É preciso considerar se essas pessoas possuem residência que possa se manter arejada e com distanciamento social, moradias onde residem duas ou três gerações de familiares; se há o acesso a água encanada, luz e internet; se têm condições de ir e vir de forma segura; se possuem comorbidades e/ou condições de saúde. Essas características impõem a necessidade de pensarmos estratégias de enfrentamento da pandemia de acordo com as especificidades de cada grupo populacional (BATISTA; PROENÇA; SILVA, 2021, p.3).

A (in)viabilização de políticas públicas que contemplem as necessidades específicas de pessoas negras é expressão da condição de subordinação secular a que essa população é submetida, às custas da narrativa de contribuírem para o desenvolvimento do país.

No atual estágio de crise estrutural do capital, a crise sanitária ocasionada pelo vírus da Covid-19 reflete na efetivação das políticas públicas que já vem enfrentando condições adversas frente ao processo de desfinanciamento intensificado na gestão governamental de Jair Bolsonaro, que priorizou a redução dos investimentos em

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



políticas sociais e o direcionamento do Estado às medidas neoliberais, e que rebatem diretamente nas condições de vida da classe trabalhadora.

A salvaguarda dos interesses econômicos da burguesia nacional em detrimento da vida da população foram a tônica do governo Bolsonaro, na medida em que foi na contramão das medidas adotadas por diversos países que seguiram as recomendações da OMS, acarretando na sobrecarga do sistema de saúde com a “superlotação de hospitais públicos, a falta de insumos hospitalares, incluindo respiradores e oxigênio, nos levando, em julho de 2021, a um vergonhoso segundo lugar de total de mortes no mundo: mais de 520 mil vidas perdidas” (BATISTA, PROENÇA; SILVA, 2021, p.2).

O comportamento inadequado do presidente Jair Bolsonaro enquanto figura máxima da representação do Estado, ia na contramão das recomendações do próprio Ministério da Saúde, resultando no abandono da pasta por diversos ministros.

Para além da recusa em adotar as medidas de mitigação da propagação do vírus, o governo federal agiu de forma incongruente na articulação com estados e municípios, o que fez com que estes entes buscassem articulações e iniciativas próprias. Enquanto reuniram esforços para a conscientizar a população sobre a necessidade de adoção do isolamento social e das medidas de higienização (e posteriormente, para a vacinação), as ações de Bolsonaro influenciaram “negativamente o comportamento da população ante as recomendações de distanciamento e isolamento social, o que fez crescer de forma acentuada o número de infectados, as hospitalizações e mortes pelo vírus (SANTOS, *et al.*2020, p.229).

É notável então a condução de um projeto de morte que atuou em todas as frentes para a eliminação da população. Diante da impossibilidade de contenção da propagação do vírus, ainda no seu estágio inicial, quando não se tinham informações suficientes e os diversos organismos internacionais uniam esforços na tentativa de buscar soluções para conter o avanço da Covid-19, as ações negligentes, de forma deliberada, contribuíram para a rápida disseminação do vírus.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Apesar de tantas conquistas (tanto no âmbito das políticas públicas para a população negra quanto para as políticas de um modo geral), temos visto, por outro lado, a atuação de forças conservadoras tanto no poder legislativo, no executivo como no judiciário, apoiadas no fundamentalismo conservador e ultraliberal, que interferem tanto na economia, na política como na vida cotidiana, promovendo ataques aos direitos sociais, conquistados, por meio de muita luta dos movimentos sociais, nos últimos 30 anos (CAMPOS; BRITO, 2021, p. 138).

Manter-se em um modelo de isolamento social inadequado passando por privações ou até mesmo a fome, ou lançar-se às demandas impostas pelo mercado na realização de trabalhos ditos essenciais, não foram e não são possibilidades de escolhas humanitárias no modo de organização da sociedade capitalista. Resta acompanhar os desdobramentos que a Covid-19 impôs a população brasileira no âmbito da saúde e do trabalho e como se dará as proposições governamentais na atual gestão do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva.

### 3 CONCLUSÃO

O contexto de crise estrutural do capital implica no aprofundamento das desigualdades sociais, que têm nas condições de gênero, raça, classe, sexualidade etc., particularidades nas formas de exploração e opressão impostas pelo capitalismo com viés racial.

Entendemos que a pandemia da Covid-19, “pode ser uma questão relevante para mostrar um nova (velha) face da nova geração de desigualdades” (SILVA; MORAIS; SANTOS, 2020, p.305) que se apresentam ao conjunto da população brasileira e em, particular, de forma mais contundente a população negra, tendo em vista a histórica condição de subordinação socioeconômica a qual é submetida, como pode ser constatado no caso da primeira vítima da Covid-19 no Brasil: mulher, negra e trabalhadora doméstica.

Tendo em vista o ineditismo das questões suscitadas pela Covid-19, surge o desafio de compreender as modificações nos processos saúde/doença, no aligeiramento das modificações nas relações de trabalho para a classe trabalhadora

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



e a diversidade de demandas que esta requer para o atendimento de suas necessidades, bem como na configuração das políticas sociais públicas, que são vias de acesso ao conjunto de melhorias capazes amenizar as desigualdades sociais e raciais postas a população brasileira.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural ?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BATISTA L.E; PROENÇA A; SILVA, A. Covid-19 e a população negra. **Interface:** (Botucatu), v. 25, p. 1-6, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 344, de 1º de fevereiro de 2017. Dispõe sobre o preenchimento do quesito raça/cor nos formulários dos sistemas de informação em saúde. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Edição 24, Seção 1, p.62, 2 fev. 2017.

CAMPOS, Margarida Cássia; BRITO, A. E. C. IMPACTOS DA COVID-19: contradições e enfrentamentos em defesa da vida da população negra. **Revista de Política Públicas da UFMA**, v. 25, p. 130-149, 2021.

GRANEMANN, Sara. Crise econômica e a Covid-19: rebatimentos na vida (e morte) da classe trabalhadora brasileira. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, p.1-12, 2021.

IAMAMOTO, M.V; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, : CELATES, 1996.

IBGE. **Informativo IBGE sobre Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica, n.41, 2019.

INSTITUTO DO NEGRO DE ALAGOAS (INEG/AL). **INEG/AL Reivindica Fator Cor/Raça nos Boletins Epidemiológicos do COVID-19. 2020**. Disponível em: INEG/AL Reivindica Fator Cor/Raça nos Boletins Epidemiológicos do COVID-19 – Instituto do Negro de Alagoas – INEG/AL (inegalagoas.org). Acesso em: 04 maio. 2023.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

MAIA, Kenia Soares; ZAMORA, Maria Helena Navas. O Brasil e a lógica racial: do branqueamento à produção de subjetividade do racismo. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 265-286, 2018.

NOGUEIRA, C.M.; PASSOS, R.G. A DIVISÃO SOCIOSEXUAL E RACIAL DO TRABALHO NO CENÁRIO DE EPIDEMIA DO COVID-19: considerações a partir de Heleieth Saffioti. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 33, p., 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/36118>. Acesso em: 4 maio. 2023.

SANTOS, M. P. A. et al. População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. **Estudos Avançados**. v.34, n.99, p.225-243, 2020.

SILVA, L. I. C.; MORAIS, E. S.; SANTOS, M. S. COVID-19 e população negra: desigualdades acirradas no contexto da pandemia. **Revista Thema**, v.18, p.301-318, 2020.

SISTEMAS Nações Unidas. Subsídios para o debate sobre a Política Nacional de Saúde da População Negra: Uma Questão de Equidade. Sistema Nações Unidas. Brasília, dezembro de 2001. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saudepopnegra.pdf>. Acesso em: 04 maio 2023.

TELETRABALHO e teleperícia: orientações para assistentes sociais. CFESS Conselho Federal de Serviço Social. s/d. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/teletrabalho-telepericia2020CFESS.pdf>. Acesso em: 04 maio. 2021.

WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde e Sociedade**, [S. l.], v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016. DOI: 10.1590/S0104-129020162610. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/123044>. Acesso em: 4 maio. 2023.

## PROMOÇÃO



## APOIO